Art. 2.º O Ministro do Interior procederá à distribuição da dotação a que alude o artigo anterior em duas prestações de igual montante, vencíveis nos meses de Janeiro e Julho.

Art. 3.º Para compensar as câmaras municipais da perda de rendimentos durante o 2.º semestre do corrente ano, é aberto no Ministério das Finanças um crédito especial da quantia de 13 750 000\$, destinado a constituir a alínea 2 «Subsídio às câmaras municipais das ilhas adjacentes, nos termos da Lei n.º 5/70, de 6 de Junho de 1970», sob o n.º 1) do artigo 44.º, capítulo 3.º, do actual orçamento do Ministério do Interior.

Art. 4.º Em compensação do crédito referido no artigo anterior, é adicionado igual quantia à previsão descrita no artigo 26.º, capítulo 3.º, do orçamento das receitas do Estado para o corrente ano.

Art. 5.º A entrega das compensações referentes ao corrente ano será efectuada de uma só vez.

Art. 6.º O presente diploma entra imediatamente em vigor.

Marcello Caetano — Horácio José de Sá Viana Rebelo — António Manuel Gonçalves Rapazote — Mário Júlio Brito de Almeida Costa — João Augusto Dias Rosas — Manuel Pereira Crespo — Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício — Rui Alves da Silva Sanches — Joaquim Moreira da Silva Cunha — José Veiga Simão — Baltasar Leite Rebelo de Sousa.

Promulgado em 8 de Julho de 1970.

Publique-se.

Presidência da República, 15 de Julho de 1970. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS, DA ECONOMIA E DAS CORPORAÇÕES E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Portaria n.º 354/70

Em virtude das condições anormais que caracterizaram o mercado da prata durante a II Guerra Mundial, e no intuito de dotar a indústria com a matéria-prima necessária à sua laboração ameaçada de paralisar, os Grémios dos Industriais de Ourivesaria do Norte e do Sul efectuaram importações de regularização do abastecimento interno, cujos prejuízos eventuais o Governo autorizou fossem suportados mediante a cobrança temporária de uma taxa destinada a constituir o respectivo fundo de compensação. Trata-se de matéria regulada pelas Portarias n.ºs 10 650, de 21 de Abril de 1944, 10 660, de 11 de Maio de 1944, e 10 867, de 15 de Fevereiro de 1945.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e da Economia e das Corporações e Previdência Social, o seguinte:

1.º É extinta a taxa criada e mantida, respectivamente, pelas Portarias n.ºs 10 650, de 21 de Abril de 1944, e 10 867, de 15 de Fevereiro de 1945.

2.º Os Grémios dos Industriais de Ourivesaria do Norte e do Sul submeterão à aprovação do Ministro das Corporações e Previdência Social as contas respeitantes a esta operação devidamente documentadas, nos termos do n.º 3 da Portaria n.º 10 650, de 21 de Abril de 1944, no prazo máximo de noventa dias.

3.º Ao saldo do fundo de compensação, se o houver, será dado o destino previsto no final do n.º 2 da Portaria n.º 10 650, de 21 de Abril de 1944.

Ministérios das Finanças, da Economia e das Corporações e Previdência Social, 15 de Julho de 1970. — O Ministro das Finanças e da Economia, *João Augusto Dias Rosas*. — O Ministro das Corporações e Previdência Social, *Baltasar Leite Rebelo de Sousa*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Decreto n.º 336/70

Considerando a conveniência de regulamentar a estrutura interna da Junta Nacional da Marinha Mercante;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É aprovado e posto em execução o Regulamento da Junta Nacional da Marinha Mercante, que faz parte integrante deste decreto.

REGULAMENTO DA JUNTA NACIONAL DA MARINHA MERCANTE

CAPÍTULO I

SECÇÃO I

Dos órgãos e serviços

Artigo 1.º — 1. A Junta Nacional da Marinha Mercante (J. N. M. M.) é constituída por:

- Um presidente;
- Um vice-presidente;
- Um representante do Ministério do Ultramar;
- Um representante do Ministério da Economia;
- Um representante do Ministério das Comunicações;
- Quatro representantes dos armadores.

2. Para o desempenho das tarefas que lhe competem, a J. N. M. M. dispõe de:

- a) Gabinete da Presidência;
- b) Núcleo de Planeamento e Estudos;
- c) Secretário-geral;
- d) Repartições:
 - 1.ª Repartição;
 - 2.ª Repartição;
 - 3.ª Repartição;

- e) Secretaria Central;
- f) Consultores;
- g) Conselho Administrativo;
- h) Serviço de Contabilidade e Tesouraria;
- i) Serviço de Mecanografia;
- j) Delegações.

SECÇÃO II

Gabinete da Presidência

Art. 2.º Ao Gabinete da Presidência compete assegurar os serviços de expediente e de relações externas que lhe forem cometidos directamente pela presidência.

SECÇÃO III

Núcleo de Planeamento e Estudos

Art. 3.º — 1. O Núcleo de Planeamento e Estudos (N. P. E.) funciona nas condições a que se refere o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 49 194, de 19 de Agosto de 1969, no que respeita ao sector da marinha de comércio, e também como gabinete de estudos, competindo-lhe, como tal, elaborar pareceres, colher e prestar informações, realizar estudos, organizar publicações e coligir documentação.

2. O N. P. E. compreende:

Sector de Planeamento;
Sector Económico e Financeiro;
Sector Técnico;
Sector de Documentação e Informação;
Biblioteca.

3. O N. P. E. é dirigido pelo presidente da Junta, que poderá ser coadjuvado, no desempenho das respectivas funções, por um director-adjunto.

SECÇÃO IV

Secretário-geral

Art. 4.º — 1. Ao secretário-geral compete coadjuvar a presidência em todos os trabalhos que lhe sejam cometidos, coordenar o funcionamento dos diversos órgãos da Junta e elaborar as actas das sessões.

2. O secretário-geral é directamente auxiliado no desempenho das suas funções por um secretário-geral adjunto.

SECÇÃO V

Repartições

Art. 5.º — 1. À 1.ª Repartição compete: estudar as tarifas de fretes e passagens e fiscalizar o seu cumprimento; organizar, coordenar e fiscalizar a distribuição de praças e as prioridades de embarque; apurar o aproveitamento da capacidade de carga dos navios; analisar os contratos de fretamento e proceder à conferência dos manifestos de carga contabilizados.

2. A 1.ª Repartição compreende as seguintes secções:

- a) 1.ª Secção — Tarifas e Praças;
- b) 2.ª Secção — Conferência.

Art. 6.º — 1. À 2.ª Repartição compete: organizar o cadastro dos navios, o dos armadores e o dos afretadores e a lista da posição dos navios; planear a utilização dos navios nas carreiras regulares; estudar os pedidos de autorização de afretamentos de navios nacionais ou estrangeiros e os de afretamentos de navios nacionais; estudar os pedidos de autorização de viagens extraordinárias, de inscrição de armadores, de registo e de abate de navios na Direcção da Marinha Mercante, os assuntos respeitantes à reserva de tráfego e ainda os relativos às condições de vida do pessoal da marinha de comércio.

2. A 2.ª Repartição compreende as seguintes secções:

- a) 1.ª Secção — Cadastro;
- b) 2.ª Secção — Exploração.

Art. 7.º — 1. À 3.ª Repartição compete elaborar a estatística dos passageiros e das cargas.

2. A 3.ª Repartição compreende as seguintes secções:

- a) 1.ª Secção — Cargas;
- b) 2.ª Secção — Passagens.

SECÇÃO VI

Secretaria Central

Art. 8.º — 1. A Secretaria Central compete executar os serviços de expediente, registo e arquivo da correspondência, os de registo e movimento do pessoal e outras tarefas que lhe sejam atribuídas.

2. A Secretaria Central compreende as seguintes secções:

- a) 1.ª Secção — Expediente e Pessoal;
- b) 2.ª Secção — Arquivo.

3. A Secretaria Central é dirigida pelo secretário-geral adjunto.

SECÇÃO VII

Consultores

Art. 9.º — 1. Aos consultores compete dar parecer sobre os assuntos que lhes sejam submetidos pela presidência, organizar e informar os processos da sua especialidade que lhes sejam distribuídos e prestar a colaboração que lhes seja pedida pelo N. P. E.

2. Compete ainda ao consultor jurídico informar, organizar e acompanhar os processos de carácter contencioso.

SECÇÃO VIII

Conselho Administrativo

Art. 10.º — 1. Ao Conselho Administrativo compete fiscalizar a aplicação das receitas, estudar os projectos de orçamento e a conta de gerência de cada ano económico, aprovar o balanço anual, assinar os cheques e outros documentos relativos ao levantamento de fundos e todas as demais atribuições que lhe sejam conferidas por lei.

2. O Conselho Administrativo é presidido pelo presidente da Junta e constituído, mais, pelo vice-presidente e pelo vogal que foi designado por despacho do Ministro da Marinha.

SECÇÃO IX

Serviço de Contabilidade e Tesouraria

Art. 11.º — 1. Ao Serviço de Contabilidade e Tesouraria compete: organizar e manter em funcionamento o serviço de contabilidade e escriturar os respectivos livros; preparar as propostas orçamentais e as contas de gerência; organizar o cadastro do património da Junta; efectuar as cobranças, recebimentos e pagamentos; organizar concursos para fornecimento de material, e, de uma maneira geral, tratar de todos os assuntos relativos à administração financeira da Junta.

2. O Serviço de Contabilidade e Tesouraria compreende as seguintes secções:

- a) 1.ª Secção — Contabilidade;
- b) 2.ª Secção — Tesouraria.

SECÇÃO X

Serviço de Mecanografia

Art. 12.º — 1. O Serviço de Mecanografia destina-se a aplicar métodos mecanográficos nos trabalhos em que seja vantajoso o emprego desses métodos.

2. O chefe do Serviço de Mecanografia fica directamente subordinado ao chefe da 3.ª Repartição.

SECÇÃO XI

Delegações

Art. 13.º — 1. Aos delegados da J. N. M. M. compete velar pelo cumprimento das decisões da Junta nas áreas da sua jurisdição, bem como exercer as atribuições que lhes sejam conferidas pelo presidente.

2. A criação de delegações ou a nomeação de delegados da J. N. M. M. carecem de prévia aprovação do Ministro da Marinha, dada por simples despacho, sob proposta da Junta.

CAPÍTULO II

Do pessoal

Art. 14.º — 1. O pessoal em serviço na J. N. M. M. compreende:

- O do quadro, que figura no orçamento anual da Junta;
- O contratado com carácter eventual, para ocorrer a necessidades de natureza temporária.

2. Em relação ao pessoal referido na alínea *a*) do número anterior, adoptar-se-á regime análogo ao estabelecido para o pessoal do quadro do pessoal civil do Ministério da Marinha.

Art. 15.º — 1. Poderão ser contratadas ou subsidiadas pessoas para a efectivação dos estudos e demais trabalhos de que a Junta careça.

2. As remunerações dos estudos e trabalhos referidos no número anterior poderão ser pagas de uma só vez, ou mensalmente, ou conforme for acordado, competindo a sua fixação ao presidente, ouvido o Conselho Administrativo, para efeito de cabimento de verba.

Art. 16.º Todo o trabalho executado fora das horas normais de serviço ou sujeito a períodos de tempo além do normal e como tal classificado pelo presidente será considerado trabalho extraordinário e remunerado nos termos legais.

Art. 17.º A J. N. M. M. elaborará os seus regulamentos internos, de harmonia com os princípios fixados neste Regulamento, e submetê-los-á à aprovação do Ministro da Marinha.

Marcello Caetano — Manuel Pereira Crespo.

Promulgado em 3 de Julho de 1970.

Publique-se.

Presidência da República, 15 de Julho de 1970. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Serviços Centrais

Portaria n.º 355/70

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, abonar à Embaixada de Portugal em Madrid, com efeitos a partir de 1 de Janeiro do ano corrente, pela verba do n.º 1) do artigo 28.º, capítulo 5.º, do orçamento em vigor, as importâncias abaixo designadas, a fim de ocorrer ao pagamento de salários ao pessoal assalariado em serviço naquela Em-

baixada, ficando assim alterada a partir daquela data a Portaria n.º 38/70, de 19 de Janeiro de 1970:

	Dólares americanos
Secretários dos serviços comerciais	75,00
Chanceler	280,00
Tradutora	180,00
Secretária	160,00
Dactilógrafo	150,00
Empregado	150,00
Telefonista	100,00
Contínuo	100,00
Contínuo	90,00
Fiel	88,00
Motorista	135,00
Paquete	55,00
	<hr/>
	1 563,00

De harmonia com as lei locais, ao pessoal assalariado na Embaixada de Portugal em Madrid serão abonados nos meses de Junho, Setembro e Dezembro dois meses de salários.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 15 de Julho de 1970. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patricio.*

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

8.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro das Obras Públicas, por seu despacho de 9 de Junho findo, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

CAPÍTULO 4.º

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Do artigo 53.º, n.º 1), alínea 24 «Convento de Lorvão (adaptação a hospital de alienados)» . . . — 100 000\$00

Para o artigo 53.º, n.º 1), alínea 6 «Convento de Cristo» + 100 000\$00

Conforme o preceituado no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 33 538, de 21 de Fevereiro de 1944, esta alteração orçamental mereceu, por despacho de 24 do supracitado mês de Junho, o acordo prévio de S. Ex.ª o Secretário de Estado do Orçamento.

8.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 7 de Julho de 1970. — O Chefe da Repartição, *Eduardo da Cunha Seixas Navarro de Castro.*

MINISTÉRIOS DAS OBRAS PÚBLICAS E DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Decreto n.º 337/70

Tendo em vista as disposições do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 48 234, de 31 de Janeiro de 1968;